



A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE: UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO

BRAZILIAN DEMOCRACY IN THE CONTEXT OF U.S. IMPERIALISM: AN ANALYSIS WITH EMPHASIS ON OPERATION LAVA JATO

LA DEMOCRACIA BRASILEÑA EN EL CONTEXTO DEL IMPERIALISMO ESTADOUNIDENSE: UN ANÁLISIS CON ÉNFAIS EN LA OPERACIÓN LAVA JATO

José Batista de Andrade¹

e737338

<https://doi.org/10.47820/recima21.v7i3.7338>

PUBLICADO: 03/2026

RESUMO

O presente artigo analisa a democracia brasileira a partir de sua inserção histórica e estrutural no contexto do imperialismo estadunidense, com especial ênfase na Operação Lava Jato. Parte-se de uma abordagem histórico-crítica sobre a formação e consolidação do império dos Estados Unidos, destacando suas doutrinas de dominação econômica, política e ideológica, bem como suas estratégias de intervenção em países periféricos. Em seguida, examina-se a atuação estadunidense no Brasil, desde o golpe civil-militar de 1964 até as recentes formas de intervenção indireta, notadamente por meio do *lawfare*. Sustenta-se que a Operação Lava Jato, longe de se limitar a um combate técnico à corrupção, inseriu-se em um contexto geopolítico mais amplo, contribuindo para a desestabilização institucional, a criminalização da política, o enfraquecimento da soberania nacional e a destruição de setores estratégicos da economia brasileira. Conclui-se que tais processos impactaram negativamente a democracia, a economia e a coesão social no Brasil, reforçando a dependência estrutural do país no sistema capitalista internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia brasileira. Imperialismo estadunidense. Lava Jato. *Lawfare*. Soberania nacional.

ABSTRACT

This article analyzes Brazilian democracy from the perspective of its historical and structural insertion within the context of U.S. imperialism, with particular emphasis on Operation Lava Jato. It adopts a historical-critical approach to the formation and consolidation of the United States empire, highlighting its doctrines of economic, political, and ideological domination, as well as its strategies of intervention in peripheral countries. Subsequently, it examines U.S. involvement in Brazil, from the 1964 civil-military coup to more recent forms of indirect intervention, notably through lawfare. It is argued that Operation Lava Jato, far from being limited to a technical fight against corruption, was embedded in a broader geopolitical context, contributing to institutional destabilization, the criminalization of politics, the weakening of national sovereignty, and the destruction of strategic sectors of the Brazilian economy. It is concluded that these processes have negatively affected democracy, the economy, and social cohesion in Brazil, reinforcing the country's structural dependence within the international capitalist system.

KEYWORDS: Brazilian democracy. U.S. imperialism. Lava Jato. *Lawfare*; National sovereignty.

RESUMEN

El presente artículo analiza la democracia brasileña a partir de su inserción histórica y estructural en el contexto del imperialismo estadounidense, con especial énfasis en la Operación Lava Jato.

¹ Juiz de Direito no Ceará e Mestre em Direito, pela UNISC, Santa Cruz do Sul-RS.



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

Se adopta un enfoque histórico-crítico sobre la formación y consolidación del imperio de los Estados Unidos, destacando sus doctrinas de dominación económica, política e ideológica, así como sus estrategias de intervención en países periféricos. Posteriormente, se examina la actuación estadounidense en Brasil, desde el golpe cívico-militar de 1964 hasta las formas más recientes de intervención indirecta, particularmente a través del lawfare. Se sostiene que la Operación Lava Jato, lejos de limitarse a un combate técnico contra la corrupción, se insertó en un contexto geopolítico más amplio, contribuyendo a la desestabilización institucional, la criminalización de la política, el debilitamiento de la soberanía nacional y la destrucción de sectores estratégicos de la economía brasileña. Se concluye que dichos procesos afectaron negativamente a la democracia, la economía y la cohesión social en Brasil, reforzando la dependencia estructural del país dentro del sistema capitalista internacional.

PALABRAS CLAVE: Democracia brasileña. Imperialismo estadounidense. Lava Jato. Lawfare. Soberanía nacional.

INTRODUÇÃO

Em um cenário internacional no qual as democracias enfrentam ameaças cada vez mais sofisticadas, o Brasil não apenas defendeu suas instituições contra uma tentativa de golpe de Estado com mais eficácia do que os próprios Estados Unidos fizeram diante de seus próprios déspotas, conforme destacado pelo renomado cientista político de Harvard Steven Levitsky, 2025 *apud* Ferreira (2025), como também se viu envolvido em operações investigativas que, embora nominalmente voltadas ao combate à corrupção, revelaram profundas complexidades nas relações entre soberania nacional e pressões imperialistas externas. Esses acontecimentos contemporâneos convidam a uma reflexão profunda: como uma nação democrática pode, simultaneamente, defender suas instituições constitucionais e submeter-se a influências políticas e econômicas de potências estrangeiras? Essa questão central permeia todo este artigo.

A democracia, regime político no qual a soberania reside no povo e é exercida pelos cidadãos enquanto detentores do poder político, teve sua origem na Antiguidade clássica, especialmente em Atenas, no final do século VI a.C., onde se desenvolveu a democracia direta como prática coletiva de liberdade. Contudo, a complexidade das sociedades modernas exigiu a substituição da democracia participativa pela democracia representativa, modelo que se consolidou após as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII e que, paradoxalmente, frequentemente se configura como democracia burguesa, permeada pelos interesses do capital. O Brasil, desde sua independência em 1822, alternou períodos democráticos e autocráticos, atravessando a República Velha (1891–1930), a ditadura de Getúlio Vargas (1937–1945), a Ditadura Civil-Militar de 1964–1985 e, mais recentemente, *impeachments* presidenciais de questionável constitucionalidade, como o de Dilma Rousseff, em 2016. Nesse contexto de vulnerabilidades institucionais, a Operação Lava Jato emergiu como a maior investigação anticorrupção da história brasileira, envolvendo a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e instituições do Poder Judiciário, mas revelando-se, posteriormente, como uma operação

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



entrelaçada a interesses geopolíticos estadunidenses e ao envolvimento direto de agências federais norte-americanas (Holanda; Zegresrs, 2024).

Este trabalho propõe-se a desvelar os mecanismos por meio dos quais o imperialismo estadunidense influencia a democracia brasileira, não mais por intervenções militares diretas, como no passado, mas mediante operações institucionais sofisticadas, de natureza jurídica e econômica, que operam sob o manto da legitimidade democrática. Ao final da análise, compreender-se-á que a Operação Lava Jato não foi meramente uma iniciativa doméstica de combate à corrupção, mas um instrumento da política externa dos Estados Unidos, que se valeu de recursos jurídicos e institucionais brasileiros para avançar agendas geopolíticas, econômicas e de segurança nacional estadunidenses. Demonstrar-se-á que essa operação, embora tenha capturado a imaginação coletiva como uma cruzada anticorrupção, representou, na realidade, uma forma contemporânea de dominação, combinando investigação penal com pressões políticas internacionais, o que resultou em consequências devastadoras para empresas estratégicas brasileiras, como Petrobras, Odebrecht e JBS, com impactos que se estendem até os dias atuais.

O objetivo geral deste trabalho consiste em compreender de que forma o imperialismo estadunidense influencia a democracia brasileira, especialmente por meio de intervenções políticas, econômicas e institucionais, com destaque para a Operação Lava Jato. Como objetivos específicos, busca-se: a) analisar o processo histórico de formação e consolidação do império estadunidense e suas doutrinas de dominação; b) investigar a atuação dos Estados Unidos no Brasil, com ênfase no golpe civil-militar de 1964 e nas estratégias contemporâneas de intervenção indireta; c) examinar os fatores que levaram ao surgimento da Operação Lava Jato e os interesses geopolíticos subjacentes; e d) avaliar as consequências políticas, econômicas e sociais da Operação Lava Jato para a democracia brasileira.

A questão central deste artigo consiste em compreender como a democracia brasileira é influenciada pelos interesses econômicos de grandes corporações estadunidenses, que atuam por intermédio das instituições do Estado norte-americano, dentre as quais se destacam o Departamento de Estado (DOS), o *Federal Bureau of Investigation* (FBI), o Departamento de Justiça (DoJ), a Agência de Segurança Nacional (NSA) — responsável por atividades de monitoramento, processamento de informações e inteligência doméstica e internacional, funcionando, na prática, como a principal agência de espionagem dos Estados Unidos — e a *Central Intelligence Agency* (CIA), incumbida de fornecer informações relacionadas à segurança nacional estadunidense.

A escolha do tema justifica-se, pois, embora já tenha sido amplamente debatido por diversos ramos do conhecimento — como o direito, as ciências políticas e as relações internacionais —, com a publicação de artigos científicos, dissertações de mestrado e livros, a Operação Lava Jato permanece na ordem do dia. Isso se deve à narrativa da corrupção por ela



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

difundida continua viva na memória coletiva do povo brasileiro e foi elemento central da campanha presidencial de 2022, culminando na vitória daquele que, em razão dessa operação, foi preso e impedido de disputar as eleições presidenciais de 2018: o então ex-presidente por dois mandatos consecutivos, Luiz Inácio Lula da Silva.

Para atender aos objetivos propostos e responder à problemática apresentada, o presente artigo estrutura-se em duas seções temáticas, cada qual subdividida em três subseções, nos termos delineados a seguir. Na primeira seção, realiza-se uma análise histórica acerca da formação do império estadunidense. Sua primeira subseção apresenta uma visão geral do tema, com breve abordagem sobre a formação, manutenção e atuação desse império. A segunda subseção dedica-se a examinar o surgimento das doutrinas de dominação imperial e a forma como foram aplicadas ao redor do mundo para atender aos interesses das grandes corporações norte-americanas, ainda que às custas de intenso derramamento de sangue e da derrubada de governos democraticamente eleitos. Por fim, a terceira subseção, intitulado “Chutando a escada”, em alusão à obra homônima do economista sul-coreano Ha-Joon Chang (2003), tem por finalidade demonstrar como os Estados Unidos têm atuado em relação a outros países — especialmente da América Latina, África e Oriente Médio — para impedir seu desenvolvimento econômico, utilizando-se de estratégias que vão desde o discurso falacioso do livre comércio e o uso instrumental das principais organizações internacionais — como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas (ONU) — até intervenções militares diretas, quando os mecanismos anteriores se mostram insuficientes.

A segunda seção trata especificamente da atuação do império estadunidense no Brasil. Sua primeira subseção apresenta a contextualização geral do tema. A segunda aborda a atuação dos Estados Unidos no golpe civil-militar de 1964 e demonstra como esse processo foi cuidadosamente articulado por meio da cooptação de oficiais militares brasileiros de alta patente, especialmente pela Escola das Américas, instituição criada com o objetivo de treinar militares e civis latino-americanos na Zona do Canal do Panamá, então sob domínio norte-americano, antes e durante as ditaduras que adotaram a Doutrina de Segurança Nacional e se disseminaram pelo continente latino-americano. Todo esse processo ocorreu no contexto da Guerra Fria, com o propósito de impedir qualquer influência da União Soviética na região. Por fim, a última subseção dessa seção dedica-se à análise da Operação Lava Jato, com foco nos aspectos que a mídia deixou, propositalmente ou não, de apresentar à população, revelando o que efetivamente estava por trás dessa operação e as consequências políticas, econômicas e sociais que dela ainda decorrem.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



1. MÉTODOS

O presente artigo adota como eixo metodológico o método histórico-dialético, por se tratar de abordagem que permite apreender os fenômenos sociais a partir de sua inserção histórica concreta, de suas contradições internas e de sua articulação com as estruturas de poder próprias do modo de produção capitalista. Tal método mostra-se particularmente adequado ao objeto investigado, uma vez que a democracia brasileira, o imperialismo estadunidense e a Operação Lava Jato não podem ser compreendidos como eventos isolados ou meramente conjunturais, mas como expressões históricas de relações estruturais de dominação, dependência e disputa geopolítica

Sob essa perspectiva, parte-se do pressuposto de que o direito, as instituições políticas e os discursos jurídicos não são neutros, mas se constituem como produtos históricos condicionados por interesses econômicos e correlações de forças sociais. Assim, a análise da Operação Lava Jato é realizada para além de sua aparência técnico-jurídica, buscando-se revelar suas determinações materiais, suas funções políticas e seus efeitos estruturais sobre a soberania nacional, o Estado democrático de direito e os setores estratégicos da economia brasileira.

A pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental. No plano bibliográfico, utilizam-se obras clássicas e contemporâneas das áreas do direito, da ciência política, da economia política e das relações internacionais, especialmente aquelas de matriz crítica, capazes de oferecer categorias analíticas como imperialismo, dependência, soberania, *lawfare*, democracia burguesa e capitalismo periférico. No plano documental, são examinados documentos oficiais, relatórios institucionais, decisões judiciais, manifestações de organismos internacionais, reportagens investigativas de veículos da imprensa nacional e estrangeira, bem como dados e informações produzidos por instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais.

O procedimento analítico adotado é crítico-interpretativo, orientado pela articulação entre teoria e realidade empírica. Os dados e documentos selecionados não são tratados como meras descrições factuais, mas como construções sociais situadas, portadoras de intencionalidades e inseridas em disputas de sentido. A análise busca, portanto, identificar padrões de atuação, nexos causais e estratégias recorrentes de intervenção, especialmente no que se refere à atuação indireta do imperialismo estadunidense por meio de mecanismos jurídicos e institucionais.

Por fim, a metodologia adotada assume explicitamente um compromisso com a compreensão estrutural dos fenômenos investigados, afastando-se de leituras moralizantes ou personalistas sobre a corrupção e sobre o funcionamento do sistema de justiça. Ao privilegiar a totalidade histórica e as mediações entre economia, política e direito, o trabalho procura contribuir para uma leitura crítica da democracia brasileira contemporânea, evidenciando seus limites, contradições e vulnerabilidades diante das dinâmicas do capitalismo global e do imperialismo.



2. FORMAÇÃO DO IMPÉRIO ESTADUNIDENSE

2.1. Premissas gerais

A presente seção tem por finalidade abordar o império estadunidense, examinando o processo por meio do qual se constituiu enquanto tal e se expandiu ao redor do mundo, sobretudo a partir do final da Segunda Guerra Mundial e, de modo especial, após a dissolução do império soviético, simbolizada pela queda do Muro de Berlim, em 1989. Tal evento conduziu os Estados Unidos à condição de único polo de dominação político-econômica mundial, o que os tornou responsáveis por frequentes golpes de Estado em diversas regiões do globo e pelo fomento da miséria, sobretudo na América Latina, na África e no Oriente Médio.

Busca-se, ainda, demonstrar as estratégias utilizadas para a manutenção dessa hegemonia, difundida por meio de uma poderosa máquina de propaganda e de uma indústria cultural — como o cinema e a música, presentes em praticamente todos os países do mundo —, ambas respaldadas por um expressivo poderio bélico-militar, sempre pronto a entrar em ação quando conveniente. Por intermédio desses mecanismos, projeta-se a imagem de que os Estados Unidos representam o melhor modelo de vida existente, desviando a atenção para aspectos irrelevantes e obscurecendo as múltiplas formas de violência e exploração que praticaram e continuam a praticar contra outros povos (Moreira, 2020).

Diferentemente do Brasil, cuja colonização caracterizou-se como de exploração mercantil — na qual os europeus aqui instalados tinham como objetivo primordial a extração das riquezas naturais, o que constitui a base estrutural do atraso nacional —, os Estados Unidos resultaram de uma colonização de povoamento. Tal característica contribuiu de maneira decisiva para o desenvolvimento das treze colônias originárias, dando origem a uma nação que se tornou rica desde seus primórdios. A respeito dessa distinção, observa Bresser-Pereira (2016, p. 40):

Os europeus só trouxeram desenvolvimento para as colônias quando a colonização foi de povoamento, como foi o caso dos Estados Unidos, do Canadá, da Austrália e da Nova Zelândia. Para os demais, onde houve a colonização de exploração mercantil, o colonialismo mercantil foi a origem do atraso. Esse foi o caso do Brasil; aqui o clima era tropical e, portanto, complementar ao da Europa, o que permitiu aos portugueses instalar um sistema colonial mercantil-escravocrata baseado na agricultura tropical de cana-de-açúcar.

Essa diferença estrutural é frequentemente apresentada como um dado quase natural, como se derivasse do “berço”, o que contribuiu para que os Estados Unidos se tornassem uma nação industrializada, rica e poderosa, enquanto o Brasil, como ex-colônia de exploração, permanece preso à condição de exportador de commodities, tal como já ocorria no período colonial, mantendo-se, até os dias atuais, como uma colônia dependente dos países industrializados, especialmente dos próprios Estados Unidos.



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

Desde sua fundação, os Estados Unidos foram marcados pela coexistência de duas tradições: a do Estado empreendedor, associada às políticas ativistas de Alexander Hamilton (1755–1804), e a do Estado mínimo, derivada da máxima de Thomas Jefferson (1743–1826), segundo a qual “o governo que governa menos governa melhor”. Com o passar do tempo e em razão do pragmatismo característico da política norte-americana, essa dualidade acabou se amalgamando, de modo que os seguidores de Jefferson conservaram a retórica liberal, enquanto os de Hamilton passaram a conduzir, de forma efetiva, a política econômica e industrial do país (Reinert, 2007, p. 23, *apud* Mazzucato, 2014, p. 109).

Uma expressão concreta dessa dualidade manifesta-se no fato de os Estados Unidos propagarem, no plano internacional, o discurso do livre mercado e da mínima intervenção estatal, enquanto, no plano interno, o Estado exerce forte atuação empreendedora, realizando investimentos significativos em setores estratégicos e inovadores (Mazzucato, 2014). Trata-se da conhecida máxima: “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”.

A intensa proteção estatal à indústria nascente, por meio da sobretaxação de produtos importados e da concessão de subsídios à produção nacional, foi fundamental para o desenvolvimento e o enriquecimento da economia norte-americana. Tal política esteve presente desde os primórdios do processo de industrialização, ainda durante a colonização, mesmo diante da oposição da Inglaterra, já industrializada, que naturalmente não desejava a industrialização de suas colônias. Esse protecionismo apenas foi significativamente atenuado após a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos já haviam consolidado sua supremacia industrial em escala global. Ainda assim, jamais adotaram um regime de tarifas zero, tampouco deixaram de recorrer, de forma velada, a medidas protecionistas (Chang, 2004).

Paralelamente, o Estado norte-americano patrocinou um amplo conjunto de pesquisas, investiu massivamente na educação pública, no desenvolvimento da infraestrutura e na área de defesa, além de direcionar vultosos recursos à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) militar. Desse esforço estatal resultaram, entre outros avanços, a indústria de computadores, a indústria aeroespacial e a internet, setores nos quais os Estados Unidos permanecem na vanguarda tecnológica mundial. Nada disso seria possível sem a P&D financiada pelo governo federal (Chang, 2004).

Munidos desse acúmulo de inovação e desenvolvimento, potencializado por uma trajetória expansionista, os Estados Unidos iniciaram, desde cedo, a exploração de outros povos. Já no início do século XIX, avançaram sobre novos territórios no processo conhecido como “Marcha para o Oeste”, que consistiu na anexação de extensas áreas às treze colônias originárias, mediante a ocupação violenta de terras até a costa do Oceano Pacífico. Tal processo resultou no massacre de aproximadamente um milhão de indígenas de diferentes povos — como *creeks*, *choctaws*, *sioux*, *apaches*, *chickasaws* e *seminolas* (Almeida, 2006) —, além da expulsão forçada



de muitos outros de suas terras e de seus modos de vida. Para conferir aparência de legalidade a tais práticas, foram editadas, na década de 1830, diversas leis que obrigavam os indígenas a abandonar seus territórios, culminando no episódio conhecido como Trilha das Lágrimas, um dos capítulos mais vergonhosos da história dos Estados Unidos (Mendonça, 2019). A barbárie foi justificada com base na Doutrina do Destino Manifesto, segundo a qual o homem branco norte-americano teria sido escolhido por Deus para civilizar outros povos, considerados bárbaros, como os indígenas (Almeida, 2006, p. 55).

Outro episódio de expansão territorial ocorreu durante a Guerra Mexicano-Americana, iniciada em 1846 e encerrada em 1848, quando tropas estadunidenses invadiram a Cidade do México e forçaram a assinatura do Tratado de Guadalupe Hidalgo, pelo qual o México cedeu cerca de metade de seu território, correspondente, atualmente, aos estados do Texas, Novo México, Arizona, Nevada, Utah e partes do Colorado, Kansas e Oklahoma (Almeida, 2006). Em referência a esse histórico de espoliação, o presidente mexicano Lázaro Cárdenas (1934–1940) cunhou a célebre frase: “Pobre México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos” (Suppia; Oliveira, 2012).

Com o mesmo propósito expansionista, os Estados Unidos adquiriram o Alasca da Rússia (1867), invadiram as Ilhas Midway (1868), ocuparam *Pearl Harbor* (1887) e anexaram o Havaí (1898) e as Ilhas Virgens (1916). No mesmo período, invadiram as Filipinas (1898), ocasionando a morte de cerca de 100 mil filipinos, além de ocuparem militarmente Cuba, Porto Rico, Guam (1898) e o arquipélago de Samoa (1899).

Ao longo do século XX, realizaram sucessivas intervenções na América Central, como na República Dominicana (1903), em Honduras (1903), na Guatemala (1906), no Haiti (1914), na Nicarágua (1909) e em El Salvador (1931). Ademais, fomentaram golpes de Estado e a derrubada de governos democraticamente eleitos, seguidos da instalação de ditaduras militares na América do Sul, como no Paraguai (1954), no Brasil (1964), na Bolívia (1964), no Chile (1973), no Uruguai (1973) e na Argentina (1976), sob o pretexto de conter a expansão do comunismo no continente.

Em escala global, segundo Domínguez (2020), com base em levantamento de Urias Rocha, jornalista e ex-professor de Mato Grosso do Sul, os Estados Unidos realizaram 87 intervenções militares ao longo de um século, incluindo ações na China, na Rússia, na Coreia, na Arábia Saudita, no Afeganistão e no Iraque, entre muitas outras. Essas intervenções resultaram, direta ou indiretamente, na morte de aproximadamente 110 milhões de pessoas, sem que o país tenha sido responsabilizado em tribunais internacionais. Paradoxalmente, embora exerçam influência significativa na formulação de mecanismos internacionais de proteção aos direitos humanos, os Estados Unidos figuram entre os países que mais se recusam a aderir ao Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos, abstendo-se de ratificar diversos tratados sobre a matéria (Maciel; Ferreira; Koerner, 2013).



Além das intervenções militares, os Estados Unidos recorrem com frequência à imposição de sanções contra países que resistem a modelos econômicos alinhados aos interesses de suas grandes corporações. Tais sanções incluem restrições comerciais, proibição de importações e exportações — inclusive de alimentos e medicamentos —, impedimentos a investimentos estrangeiros, bloqueio da prestação de serviços e congelamento de ativos financeiros (Souza, 2017). Essas medidas conduzem, invariavelmente, ao colapso das economias locais, fomentando a insatisfação popular e levando governos a adotarem práticas autoritárias como forma de sobrevivência política, o que agrava ainda mais a miséria, como se observa nos casos de Cuba e Venezuela. A esse conjunto de efeitos atribui-se, retoricamente, o rótulo de comunismo, construído como inimigo simbólico pela narrativa imperial. Contudo, situações de miséria extrema também se verificam em países como Sudão e Haiti, que não recebem a mesma atenção, justamente por não representarem ameaça ao domínio estadunidense (Moreira, 2020).

Essas e outras práticas do imperialismo estadunidense decorrem do exercício de um poder amplificado pela ordem mundial unipolar estabelecida após o colapso do império soviético, em 1989. Não por acaso, o Estado de Bem-Estar Social, concebido como mecanismo de conciliação entre capitalismo e democracia, foi implementado durante a Guerra Fria, período de bipolaridade internacional, mas vem sendo progressivamente esvaziado desde a consolidação da unipolaridade. Não se trata de afirmar a superioridade do socialismo sobre o capitalismo, uma vez que ambos compartilham a busca pelo poder. Daí a importância da multipolaridade, isto é, da existência de múltiplos centros de poder, capazes de impor limites recíprocos e conter os excessos hegemônicos.

2.2. Doutrina de dominação

Para justificarem seu modo de agir no mundo, os Estados Unidos costumam formular doutrinas, cada qual ajustada ao contexto histórico vigente e aos interesses em jogo, sempre com a finalidade de impulsionar seu processo de acumulação de capital por meio da exploração geopolítica e, como consequência, da produção e do agravamento da miséria em escala global, sem qualquer preocupação efetiva com a moral e a ética que tanto proclamam. Afinal, o que lhes importa é vencer esse jogo. Enquanto conjunto de princípios que dá suporte a um sistema — no caso, o político (Aurélio, 2009) —, tais doutrinas são apresentadas como diretrizes a serem cumpridas sem questionamento, por emanarem de quem define a linha de atuação do país nas relações internacionais, em geral o chefe de Estado, como assinalam Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 9):

Em política, o termo [doutrina] assume significado particular, especialmente na linguagem diplomática americana, quando designa a enunciação formal por parte do chefe do Estado, ou de um homem político, responsável por uma linha política que seu país terá que seguir numa determinada área das relações internacionais (...).



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

Da presidência de James Monroe (1817–1825) à de Barack Obama (2009–2017), diversas doutrinas foram editadas, geralmente por seus respectivos presidentes, a maioria voltada ao expansionismo estadunidense na América Latina — desde o sul do Rio Bravo, na fronteira norte do México, até a Terra do Fogo —, por se tratar, segundo Rodrigues (2018), da zona estratégica mais importante para seus objetivos, certamente em razão da proximidade geográfica e da imensidão de riquezas naturais existentes. Algumas dessas doutrinas, quando conveniente, foram projetadas para além da região, com as adaptações necessárias.

Assim, considerando os limites do presente item, cujo propósito é oferecer uma amostra do *modus operandi* do império estadunidense por meio dessas formulações doutrinárias, será feita uma breve abordagem daquelas que se consideram as cinco principais que se concretizaram: Doutrina Monroe, Doutrina do Destino Manifesto, Doutrina do Pan-Americanismo, Doutrina da Política da Boa Vizinhança e Doutrina do Choque. Busca-se, ao final, oferecer uma visão contextualizada do tema.

Nas primeiras décadas do século XIX, à medida que as colônias do continente latino-americano se tornavam independentes da Europa, os Estados Unidos, então em processo de expansão territorial e política, perceberam que se abria uma oportunidade para consolidar seu poder na região, ocupando os espaços deixados pelos europeus. Nesse contexto, o presidente James Monroe declarou, em 1823, o que ficou conhecido como Doutrina Monroe, sustentando a necessidade de proteger o continente recém-liberto de eventuais pressões de seus ex-colonizadores, sob o lema “América para os americanos”. O preço dessa “proteção”, contudo, teria sido a balcanização do continente, que passou a ser dominado, nas esferas econômica, política e cultural, pelos Estados Unidos. Tal domínio permaneceu, segundo o recorte apresentado, até 1959, quando a doutrina foi frontalmente questionada pela Revolução Cubana, na qual Cuba ousou libertar-se da opressão capitalista estadunidense (Tavares, 2017). Tratou-se de uma revolução nacional-democrática, plural em suas origens e desdobramentos, capaz de derrubar a ditadura sanguinária de Fulgêncio Batista, aliado submisso dos Estados Unidos; porém, acabou isolada e sujeita às pressões e sabotagens por eles promovidas, optando por buscar guarida no guarda-chuva da União Soviética (Reis, 2021).

Com essa doutrina, os Estados Unidos lograram não apenas proteger seus próprios interesses, como também estenderam ao continente a lógica de sua segurança interna, conforme pontua Marcelo Santos (2007, p. 21):

Com a publicação da Doutrina Monroe em 1823 diante das ameaças de recolonização por parte das metrópoles europeias, os EUA estenderam a noção de garantia de sua segurança interna a todo o continente, declarando inadmissível a recolonização ou qualquer intervenção europeia nos assuntos internos e externos dos países americanos.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

No entanto, ao mesmo tempo em que fechavam a porta para a influência europeia no continente, abriam-na para si próprios e, movidos por seu ímpeto expansionista, passaram a adotar uma política em nada distinta daquela praticada por seus antecessores. Assim, foram reduzindo a hegemonia britânica na região até que, ao final do século XIX, quando já reuniam condições para sustentar suas posições no plano internacional, puderam implementar, em sua plenitude, os objetivos da Doutrina Monroe (Santos, 2007), isto é, exercer de modo amplo sua estratégia expansionista em praticamente todo o hemisfério ocidental.

A segunda doutrina é a do Destino Manifesto, cunhada na década de 1840 pelo jornalista John O'Sullivan, figura influente na sociedade norte-americana da época. Consistia em um conjunto de crenças nacionalistas e expansionistas, alicerçadas na religião e na ética protestante, segundo as quais o homem branco estadunidense teria sido enviado por Deus para levar o progresso aos nativos e formar a maior das nações por meio da conquista de outros povos e da expansão territorial. Para seus defensores, Deus conduzia tal expansionismo, apresentado como expansão da democracia, a qual supostamente deveria ser levada a outros povos, que seriam beneficiados pela liberdade daí decorrente. Politicamente, essa doutrina foi posta em prática pelo vice-presidente John Tyler, que assumiu a presidência após a morte de William Henry, depois de apenas um mês de mandato (Dinive, 1992, *apud* Simão; Mota, 2018). O apelo a "Deus", todavia, é descrito como essencialmente ideológico e instrumental, pois o núcleo real da doutrina seria o capital em expansão, o que impulsionou a Marcha para o Oeste, com o extermínio de povos indígenas e a expropriação de suas terras e do ouro nelas existente, bem como a apropriação de cerca de 1,4 milhão de quilômetros quadrados do território mexicano (Tavares, 2017).

A terceira doutrina é a do Pan-Americanismo, surgida na esteira da consolidação do Estado moderno norte-americano e de seu espaço econômico nacional, ao final do século XIX, em um contexto no qual o país estava pronto para expandir-se em larga escala. Esse movimento decorreu da formação de um capitalismo fortemente estruturado, concentrador e monopolista, resultante da combinação entre capital industrial e capital financeiro (Santos, 2007). Tornava-se, assim, imprescindível assegurar um mercado consumidor próprio, e os países latino-americanos se apresentavam como prioridade, já submetidos, segundo o texto, aos efeitos da Doutrina Monroe. Daí emergiu a ideia de unificar o continente sob um discurso de convivência harmoniosa, com igualdade, cooperação, solidariedade e parceria entre os países. Contudo, tal projeto é descrito como uma armadilha ideológica destinada a ocultar sua real ambição imperialista, como destaca Santos (2007, p. 27):

Desde o primeiro instante, os EUA procuravam assentar a proposta do Pan-Americanismo na ideia de unidade da América. [...] É como se todos os países tivessem os mesmos direitos e possibilidades de ação num contexto real notadamente desigual. Parece evidente que as propostas do Pan-Americanismo são expressões ideológicas a ocultar suas reais intenções imperialista. Nas palavras do ministro mexicano Zozaya Herrera que já percebia as reais

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

intensões norte-americanas no continente: “Eles têm um amor profundo por nosso dinheiro, não por nós, e eles são capazes de entrar em um tratado de aliança por nosso comércio exceto quando convém a eles, sem nenhum pensamento de reciprocidade”.

À luz do que se expôs, não foi difícil ao ministro mexicano Zozaya antever os contornos do Pan-Americanismo, dada a experiência histórica de intervenções estadunidenses vivida pelo povo mexicano, que se intensificava na medida em que o México perdia riquezas naturais em uma relação descrita como de espoliação — dinâmica que, no entendimento apresentado, seria estendida ao conjunto do continente com essa nova doutrina de dominação.

Posteriormente, ao longo do século XX, na medida em que os Estados Unidos se consolidaram como principal potência mundial, novas estratégias foram incorporadas a esse ideário, com o objetivo de preservar, sob outros rótulos, as pretensões imperialistas no continente, em iniciativas como “a Associação Madura, a Política da Boa Vizinhança, a Aliança para o Progresso, a Doutrina de Segurança Nacional, a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e tantos outros” (Santos, 2007).

Nesse contexto, e diante das consequências da Primeira Guerra Mundial (1914–1918) para a Europa — que sofreu ampla devastação —, os Estados Unidos consolidaram a liderança da economia mundial, o que impulsionou o crescimento de suas empresas e o consumo das famílias, fenômeno associado à expressão *american way of life* (estilo de vida americano). O governo intensificou tal euforia consumerista por meio da facilitação do crédito e da concessão de empréstimos sem garantias adequadas. Com o excedente, muitos passaram a investir na bolsa de valores, fomentando especulação no mercado de capitais, com a compra de ações para venda posterior em alta; o movimento, contudo, teria produzido o efeito inverso, como consequência da dinâmica de oferta e demanda. Para agravar a situação, a partir de 1925, com a recuperação europeia e a redução das importações de produtos norte-americanos, seguiu-se uma onda de falências e aumento do desemprego. O desfecho foi a quebra da Bolsa de Valores dos Estados Unidos, em 24 de outubro de 1929 (a “quinta-feira negra”), marco da Grande Depressão, cujos efeitos econômicos se prolongaram por cerca de dez anos (Carvalho, 2020).

Sem a Europa comprando seus industrializados como antes e retomando sua atuação imperialista, os Estados Unidos voltaram-se para a América Latina, descrita como seu porto seguro recorrente, reforçando a subordinação regional por meio da Doutrina da Política da Boa Vizinhança, anunciada em 1933 pelo presidente Franklin D. Roosevelt (1933–1945) como eixo de sua política externa, paralelamente ao *New Deal* como programa interno. Segundo Sampaio (2011), seus objetivos foram: (i) impedir a influência europeia na América Latina; (ii) manter a estabilidade política no continente; e (iii) assegurar a liderança no hemisfério ocidental. Para tanto, flexibilizou-se a postura intervencionista, com maior respeito à política interna de cada país, mediante medidas como: (i) reconhecimento da soberania cubana; (ii) retirada de tropas do Haiti e



da Nicarágua; (iii) suspensão de intervenções no Panamá e na República Dominicana; (iv) aceitação do governo da Frente Popular no Chile; e (v) concessão de crédito ao Brasil para a construção da Siderúrgica de Volta Redonda no governo Getúlio Vargas, dentre outras ações. Em contrapartida, mantiveram-se ditadores aliados na América Central e no Caribe, como Fulgêncio Batista (Cuba), Leônidas Trujillo (República Dominicana), Anastácio Somoza (Nicarágua), Jorge Ubico (Guatemala), Tibúrcio Carias (Honduras) e Maximiliano Martinez (El Salvador), além de terem pressionado Brasil e México a lutarem ao seu lado na Segunda Guerra Mundial, como estratégia para eliminar a influência do bloco Alemanha–Itália na região (Santos, 2007, p. 35).

A quinta e última doutrina, conforme os objetivos deste texto, é a denominada Doutrina do Choque, formulada pela escritora, documentarista, jornalista e ativista Naomi Klein (2007, *apud* Guidolini, 2021), em obra homônima, na qual realiza abordagem jornalística sobre o desenvolvimento e a aplicação de políticas neoliberais, por ela caracterizadas como “capitalismo do desastre”. Segundo a autora, tais políticas emergem em contextos de desorganização e crise social, política, econômica ou mesmo natural — como golpes de Estado, hiperinflações, atentados terroristas, furacões e tsunamis —, deixando a população vulnerável à aceitação de “reforços” potencialmente danosos às capacidades de produção e reprodução da vida social. Nesse quadro, a chamada guerra ao terror, deflagrada após o atentado de 11 de setembro de 2001, desenvolveu-se sob tal lógica, levando o presidente George W. Bush (2001–2009) a declarar guerra contra o que rotulou como o mal, permitindo aos Estados Unidos desencadear e liderar guerras simultâneas em uma região inteira, sob um único comando, como ocorreu no Afeganistão e no Iraque. Outro exemplo citado é o sistema de assassinatos por drones, operacionalizado em oitenta países, financiado por orçamento público de 14 bilhões de dólares e impulsionado pelo governo Obama. O pano de fundo dessas ações seria a disputa pela hegemonia no Oriente Médio — região rica em petróleo — entre as duas maiores potências locais: a Arábia Saudita, aliada dos Estados Unidos, e o Irã, aliado da Rússia (G1, 2020).

Do exposto, conclui-se que as doutrinas norte-americanas constituem instrumentos políticos empregados pelos Estados Unidos como estratégias de dominação voltadas ao controle de recursos energéticos, hídricos e minerais, não apenas da América Latina, mas também do Oriente Médio, bem como à contenção da atuação imperialista de outras nações, como teria ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, quando Brasil e México foram compelidos a atuar como aliados contra o eixo Alemanha–Itália.

2.3. Chutando a escada

Nas subseções anteriores, foi apresentada uma abordagem acerca de como os Estados Unidos se enriqueceram e se tornaram a nação mais poderosa do mundo. Agora, o objetivo do presente item é analisar a estratégia por eles utilizada para conter potenciais iniciativas de



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

crescimento econômico dos países situados na periferia do capitalismo — aqui compreendidos como aqueles classificados como emergentes, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, coincidentemente localizados no hemisfério sul. Daí decorre o título “chutando a escada”, em alusão à obra homônima do economista sul-coreano Ha-Joon Chang (2004), adotada como principal referência para a contextualização dos argumentos desenvolvidos neste tópico.

Assim, a ideia central deste item é oferecer um instrumento de compreensão da estratégia utilizada pelos Estados Unidos para eliminar potenciais concorrentes, no esforço permanente de manter-se na vanguarda do cenário mundial. Trata-se, nesse sentido, de “chutar”, do alto em que se encontram, a mesma escada pela qual subiram durante seu próprio processo de desenvolvimento, sempre que países que ainda não alcançaram tal patamar tentam ascendê-la, sem receio do dano causado pela queda. Ao contrário: quanto maior o estrago, melhor, pois aquele que cai tende a tentar subir novamente apenas após recuperar-se das feridas sofridas, as quais, na maioria das vezes, tornam-se crônicas.

O livre mercado, tal como os Estados Unidos recomendam e pressionam para que seja adotado por esses países, constitui uma das principais medidas que derrubam essa escada. Isso porque, segundo Chang (2004), nenhum dos países atualmente desenvolvidos adotou o livre mercado em sentido estrito enquanto estava em seu processo de desenvolvimento — processo que, necessariamente, passou pela industrialização, dadas as profundas alterações que ela produziu na forma de exploração e utilização dos recursos naturais. Ao contrário, todos tiveram de proteger, por meio do Estado, sua indústria nascente ou em fase de expansão. Do contrário, seus produtos não teriam condições de concorrer com os similares produzidos nos países ricos, cujas indústrias já operavam em regime de economia de escala, com produção em larga escala e custos operacionais reduzidos ao máximo. Isso não ocorria nos países em industrialização, onde os custos eram superiores, elevando o preço final e tornando seus produtos menos atrativos ao consumidor interno e, mais ainda, aos mercados externos. Por essa razão, não apenas os Estados Unidos, mas todos os países ricos, sem exceção, protegeram suas indústrias nascente por meio da concessão de subsídios aos produtos nacionais e da taxação de produtos importados.

O mesmo raciocínio estende-se às chamadas “boas políticas” e “boas práticas” que os Estados Unidos, especialmente, recomendam — ou impõem — aos países da periferia do capitalismo como imprescindíveis ao desenvolvimento econômico. Dentre elas, Chang (2004, p. 12) aponta instituições-chave como “a democracia, a burocracia ‘boa’, o Judiciário independente, a forte proteção aos direitos de propriedade privada (incluindo a intelectual) e uma governança empresarial transparente e orientada para o mercado, assim como instituições financeiras (inclusive um banco central independente)”.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

Em seguida, o autor (Idem, p. 13-14) questiona se tais políticas e instituições, hoje tão recomendadas aos países em desenvolvimento, foram de fato adotadas por algum país rico quando ainda se encontrava nessa fase. Ele responde afirmando que há fartos indícios históricos de que, na realidade, não foram, e que sua difusão funciona como forma de ocultar o verdadeiro segredo do êxito desses países. Eis a resposta apresentada à pergunta sobre como, efetivamente, os países ricos enriqueceram:

A resposta mais sucinta é que eles não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e instituições que agora recomenda às nações em desenvolvimento. Muitos recorrem ativamente a políticas “ruins”, como a proteção à indústria nascente e a concessão de subsídios à exportação – práticas hoje condenadas ou mesmo proscritas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Antes de se tornarem desenvolvidos (ou seja, antes do fim do século XIX e início do século XX), eles possuíam pouquíssimas dessas instituições agora consideradas tão essenciais aos países em desenvolvimento, inclusive as mais “básicas”, como os bancos centrais e a responsabilidade limitada.

A estratégia de proteção à indústria nascente teve início na Inglaterra, berço da Revolução Industrial e do capitalismo industrial que se destacou no século XVIII, e foi seguida pelos demais países que se enriqueceram, tendo os Estados Unidos como seu maior usuário. Isso levou Paul Bairoch (1993, p. 30, apud Chang, 2004, p. 48) a defini-los como “a pátria-mãe e o baluarte do protecionismo moderno”. Com efeito, os Estados Unidos somente liberalizaram seu mercado após a Segunda Guerra Mundial, mesmo já tendo alcançado sua supremacia industrial. Essa liberalização, todavia, jamais implicou tarifas zero, tampouco significou a renúncia ao papel de Estado empreendedor, exercido, sobretudo, por intermédio da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa (DARPA), criada em 1958 pelo Pentágono. Sobre seu papel, Mazzucato (2014, p. 110–111) assinala que ele:

vai muito além de mero financiamento da ciência básica. Trata-se de recursos para áreas e orientação específica; trata-se de abrir novas janelas de oportunidades; intermediar as interações entre os agentes públicos e privados envolvidos no desenvolvimento tecnológico, incluindo aquelas entre o capital de risco público e privado; e facilitar a comercialização.

A DARPA é uma agência federal com orçamento anual substancial — 3 bilhões de dólares — e um quadro funcional seletivo, com cerca de 240 funcionários, destinada a assegurar de forma agressiva a superioridade tecnológica dos Estados Unidos em diversos setores. Nesses campos, o governo atua como liderança a ser imitada pelo setor privado, de modo a induzir empresas a desenvolverem, com eficiência, inovações de produtos e processos. Outros exemplos de fomento governamental na economia estadunidense são o Programa de Pesquisa para Inovação em Pequenas Empresas (SBIR), voltado a apoiar empresas de alta tecnologia, impulsionar a criação de novas firmas e orientar a comercialização de novas tecnologias — com gasto anual superior a 2 bilhões de dólares —, e a Agência de Medicamentos Órfãos (ODA), destinada a criar mercado

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

para medicamentos voltados ao tratamento de doenças raras. Em todos esses casos, o governo cria as condições necessárias ao surgimento de inovações e, posteriormente, transfere-as à iniciativa privada, com vistas à promoção do desenvolvimento comercial (Mazzucato, 2014).

Desse modo, enquanto o contribuinte norte-americano financia a política industrial de longo prazo, com seus riscos inerentes, o setor privado pode restringir sua atuação ao desenvolvimento de produtos competitivos no curto prazo. Um exemplo frequentemente citado é o iPhone: o contribuinte teria financiado grande parte das tecnologias de ponta incorporadas ao aparelho — como a internet, o comando de voz, a tela sensível ao toque, o GPS, dentre outras —, enquanto a genialidade de Steve Jobs teria se voltado sobretudo à concepção e à comercialização do produto final, em uma embalagem sofisticada. O êxito foi tamanho que, juntamente com o iPod, contribuiu para que, em menos de uma década, a Apple se tornasse uma das maiores empresas do mundo, com lucro recorde de 26 bilhões de dólares em 2011 (Mazzucato, 2014). A metáfora proposta é a de que a Apple funcionaria como um restaurante cujo chef prepara um prato excelente e o vende caro, enquanto o Estado norte-americano seria o agricultor que produz os ingredientes, de quem quase ninguém se recorda no momento do consumo.

Além das estratégias do livre mercado e da imposição das chamadas “boas políticas” e “boas práticas”, eficazes para conter iniciativas de enriquecimento nos países em desenvolvimento, os Estados Unidos também recorrem, quando consideram conveniente, à produção de desorganizações políticas, econômicas e sociais capazes de desestabilizar tais países. Exemplos históricos seriam os golpes militares fomentados na América do Sul nas décadas de 1960 e 1970, voltados a conter processos de industrialização. Atualmente, esses golpes seriam substituídos por intervenções camufladas, realizadas por meio de estratégias como revoluções coloridas, *lawfare* e a cumplicidade das elites locais, reforçadas pela ampla utilização de ferramentas de tecnologia da comunicação (Penido; Stédile, 2020). Nesse quadro, inserem-se as crises dos chamados “governos progressistas”, em que a derrubada da presidente Dilma Rousseff, a prisão do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, a queda de Evo Morales na Bolívia e a derrota do casal Kirchner na Argentina ocorreriam em um contexto de aliança entre os Estados Unidos e elites locais, com o objetivo de bloquear seu acesso ao Poder Executivo e impedir o fortalecimento do papel do Estado na economia (Fuser, 2018).

Tudo isso evidencia, na linha argumentativa aqui adotada, que não há desenvolvimento econômico sem forte atuação estatal, especialmente no fomento à indústria nascente, razão pela qual os Estados Unidos, em particular, teriam atuado para impedir esse tipo de política nos países em desenvolvimento, a fim de evitar o surgimento de novos concorrentes.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



3. ATUAÇÃO DO IMPÉRIO ESTADUNIDENSE NO BRASIL

3.1. Premissas gerais

A presente seção tem por finalidade abordar algumas das ações de dominação que os Estados Unidos têm utilizado no Brasil, examinando como elas se verificaram e quais têm sido suas consequências políticas, econômicas e sociais. Para tanto, expõem-se fatos e fundamentos capazes de oferecer uma compreensão contextualizada das razões pelas quais o Estado brasileiro se constituiu como uma nação marcada por instabilidade política e estagnação econômica, a ponto de ter sofrido diversos golpes — militares e civis — e de não ter ultrapassado a condição de país emergente ou em desenvolvimento.

Partindo dessa realidade, pretende-se realizar uma análise sucinta de alguns motivos que têm servido de justificativa a tais ações interventivas desde a independência do Brasil até os dias atuais e, de modo especial, de como a Operação Lava Jato, com sua peculiaridade de combate à corrupção política, se relaciona com esse conjunto de ações — tema que será aprofundado no terceiro item desta seção. Por ora, a preocupação é expor elementos que possam servir de base para a compreensão dessa realidade.

Embora ambas as nações tenham origem comum na colonização europeia — em que o fator econômico foi um dos motores desse movimento migratório —, é oportuno registrar que o clima igualmente temperado da América do Norte contribuiu significativamente para que os ingleses ali estabelecidos construíssem um “novo mundo”, amparado, em grande medida, na liberdade religiosa do protestantismo, da qual não desfrutavam no contexto europeu. Já os portugueses que aqui chegaram, além de não portarem esse viés religioso — dada a centralidade do catolicismo —, depararam-se com um clima tropical, em condições bastante adversas ao clima temperado de origem, o que contribuiu para que a ocupação e o povoamento seguissem outra direção (Prado Jr., 1981, p. 27), isto é, a colonização de exploração. Essa diferença foi decisiva para o desenvolvimento das colônias inglesas na América do Norte, levando-as a serem as primeiras do continente a romperem os laços coloniais com a Europa e a fazer emergir uma nação independente, sob governo republicano. Tal processo abriu caminho para outros atos de afirmação de poder político diante do Velho Continente, como a Doutrina Monroe, de 1823 — já examinada na subseção 2.2 supra —, por meio da qual o presidente James Monroe buscou posicionar os Estados Unidos como novo polo de domínio no continente americano, com o consequente afastamento da Europa colonizadora, o que se consolidou a partir do início do século XX, traduzido na conhecida máxima: “América para os americanos”.

Enquanto isso, para obter o reconhecimento de sua independência pela ex-metrópole, quase cinquenta anos após a independência dos Estados Unidos, o Brasil precisou assumir, em 1823, um empréstimo no valor de 1,4 milhão de libras, contraído por Portugal junto à Inglaterra, além de pagar 600 mil libras a D. João VI como indenização pelas propriedades que teria deixado



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

quando retornou a Portugal. No plano interno, instaurou-se forte tensão por quase vinte anos, marcada por intensa disputa entre aqueles que defendiam a recolonização do país — sobretudo comerciantes portugueses — e setores da elite brasileira que buscavam consolidar o processo de desvinculação de Portugal. Desse modo, o Estado brasileiro, diferentemente do Estado norte-americano, adquiriu sua independência sob duas grandes ordens de problemas: uma política e outra econômica (Maringoni, 2012).

Durante o período imperial, o Brasil manteve postura de oposição à proteção estadunidense ao continente nos moldes da Doutrina Monroe, ao mesmo tempo em que se movia para sair da esfera de influência britânica e aproximar-se da norte-americana, na medida em que o império estadunidense se firmava. Com o advento da República, a política externa brasileira incorporou de vez o “espírito americano”, permitindo, de forma crescente, a influência dos Estados Unidos no país, com amplo apoio da oligarquia local, interessada em vender café ao “irmão do norte”. Isso resultou na assinatura de diversos tratados comerciais entre as duas nações, em sua maioria voltados ao café brasileiro (Jaeger; Brites, 2019).

No século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos assumiram, em definitivo, sua condição hegemônica no cenário global. Considerando que os objetivos da Doutrina Monroe já estavam consolidados, com a deliberada subordinação dos países da América Latina, o continente teria perdido centralidade estratégica no contexto das novas investidas do império norte-americano, o que permitiu a ampliação de suas atenções para outras regiões do mundo, a partir de políticas como a recuperação da Europa Ocidental por meio do Plano Marshall (1947–1951) e da criação e difusão do sentimento anticomunista. Contudo, diante do avanço da influência soviética — materializada, entre outros eventos, na Revolução Cubana (1959) — e do crescimento de movimentos de esquerda, especialmente na Argentina, no Brasil e no Chile, os Estados Unidos retomaram sua atenção para a região e passaram a preparar golpes militares perpetrados a partir do final dos anos 1950, com a derrubada de governos eleitos democraticamente, como no caso de João Goulart no Brasil (1964) e de Salvador Allende no Chile (1973), seguida da implantação de ditaduras sanguinárias que se estenderam até parte dos anos 1980. Essa década, no conjunto da América Latina, ficou conhecida como “década perdida”, sobretudo em razão da queda substancial nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do descontrole inflacionário — a hiperinflação — na região. O resultado desses fenômenos foi, no caso brasileiro, uma acentuada redução das médias históricas de crescimento registradas nos cinquenta anos anteriores (Maringoni, 2012).

A redemocratização ocorrida na sequência deu-se, como era de se esperar, em contexto no qual os interesses imperialistas norte-americanos permaneciam consolidados na América Latina e, em particular, no Brasil — considerado o maior e mais importante país do continente —, mantendo-se sob a lógica do capital, isto é, a acumulação de riqueza em detrimento da justiça

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

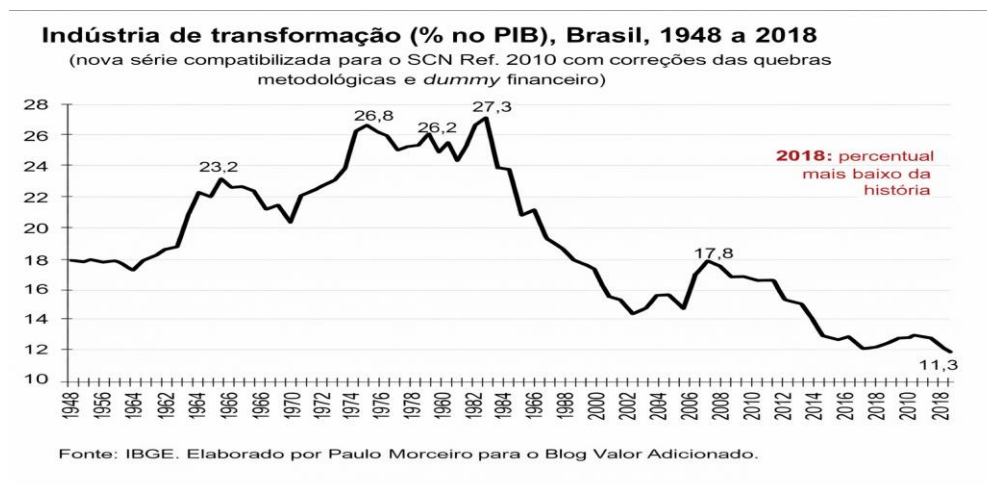
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



social, ainda que esta seja inerente à lógica democrática (Silveira, 2019). Por isso, tal dinâmica de acumulação tem sido apontada como um dos principais motivos pelos quais, após mais de trinta anos de regime democrático, o Brasil, apesar de inegáveis avanços econômicos e sociais no período, continua figurando entre os países mais desiguais do mundo e encontra-se atualmente na 87ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, entre 191 países avaliados, segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), situando-se atrás, inclusive, de 15 outras nações da América Latina e do Caribe.

A lógica privatista do capital, que obstaculiza a lógica expansiva da democracia, levou o Brasil a aderir ao pensamento neoliberal a partir da década de 1990, nos moldes estruturados pelo Consenso de Washington, especialmente para a América Latina (Andrade, 2021). Isso resultou no desmonte do Estado brasileiro empreendedor e na destruição de parcela relevante da indústria nacional construída ao longo dos cinquenta anos anteriores, em um processo de desindustrialização prematura — fenômeno que, segundo a argumentação aqui adotada, não ocorreu nos países que se enriqueceram. Assim, a indústria de transformação, que atingiu seu maior percentual no PIB em 1986 (27,3%), caiu vertiginosamente até 2002, voltou a crescer até 2010 e, em seguida, despencou novamente, alcançando o patamar mínimo de 11,3% em 2018, conforme demonstra o gráfico abaixo, elaborado por Paulo Morceiro (2019) para o Blog Valor Adicionado.

Gráfico 1. Participação da indústria de transformação no PIB brasileiro (1948 a 2018)



Esse gráfico ilustra precisamente a trajetória do comportamento da indústria brasileira, iniciada no governo Vargas (1930–1945 e 1951–1954) e impulsionada durante os governos militares, quando atingiu seu pico histórico de 27,3% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1986. A partir do governo Collor (1990–1992) até o governo Fernando Henrique Cardoso (1995–2003), observa-se um processo de profunda desestruturação industrial, coincidindo com a



implementação das políticas neoliberais de desmonte do Estado empreendedor. Esse movimento foi parcialmente revertido durante o governo Lula (2003–2011), possivelmente em razão da política de empreendedorismo estatal então adotada. Contudo, a partir do governo Dilma Rousseff (2011–2016), a participação da indústria voltou a declinar de forma acelerada — nesse caso, muito provavelmente como reflexo dos impactos da crise financeira global de 2008, agravados pelos ataques midiáticos dirigidos às medidas econômicas adotadas em 2011 para mitigar seus efeitos, culminando no impeachment da presidenta em 2016. A situação agravou-se ainda mais com o retorno das políticas de esvaziamento da atuação estatal empreendedora no governo Michel Temer (2016–2018), que a sucedeu, até que a indústria atingisse, em 2018, seu menor percentual histórico de participação no PIB.

Como demonstra Miguel Bruno (2021, p. 517–518):

Conforme destacam Prates, Fritz e De Paula (2017), em meados de 2011, o governo introduz a chamada Nova Matriz Macroeconômica, com três principais pilares: (i) ampliação das regulações sobre os fluxos de capitais e derivativos cambiais, para aumentar a autonomia da política econômica e interromper a trajetória de apreciação do câmbio diante da queda de competitividade externa da indústria brasileira; (ii) a progressiva redução da taxa básica de juros (Selic); (iii) redução das metas de superávits fiscais primários. [...] Uma onda de ataques seguiu-se na mídia, na tentativa de desqualificar as medidas governamentais e os economistas considerados desenvolvimentistas e heterodoxos em geral. A política do tripé havia se tornado um tabu. [...] Tudo se passava como se no Brasil não houvesse alternativa, exceto aquelas coincidentes com os interesses da alta finança, de grandes empresas oligopolistas e de setores a elas associados.

Em linhas gerais, essa tem sido a forma pela qual os Estados Unidos têm operacionalizado seu poder de influência no Brasil: atuando de maneira sistemática para assegurar a satisfação de seus interesses econômicos, por meio da contenção, a qualquer custo, das ações de governos e de setores sociais locais indispensáveis ao crescimento do país, sempre que tais iniciativas contrariem os interesses imperialistas estadunidenses, sem qualquer consideração pelos impactos sociais, políticos e econômicos impostos ao povo brasileiro.

3.2. Golpe Militar de 1964

Com o término da Segunda Guerra Mundial (1945), o mundo passou a ser dividido, do ponto de vista econômico e militar, em torno de duas superpotências — os Estados Unidos, no bloco ocidental, orientados por interesses capitalistas, e a União Soviética, no bloco oriental, orientada por interesses socialistas —, instaurando-se um conflito marcado pela disputa pela ampliação de suas respectivas áreas de influência política, ideológica e econômica em escala global. Esse embate estendeu-se aproximadamente de 1947 a 1991 e caracterizou-se por uma intensa disputa em múltiplos níveis — econômico, tecnológico, diplomático, armamentista, entre outros —, bem como por diversos conflitos armados de pequena e média intensidade ao redor do



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

mundo. Nenhum deles, contudo, ocorreu diretamente entre as duas superpotências, sobretudo em razão do elevado potencial destrutivo do arsenal nuclear de ambas, que tornava plausível a aniquilação do planeta. Por essa razão, o confronto desenvolveu-se por meios indiretos, como financiamento, treinamento e fornecimento de armas a terceiros, circunstância que lhe conferiu a denominação de Guerra Fria.

Logo no início desse período, foi criada, em 1946, a Escola das Américas, centro de treinamento militar dos Estados Unidos no qual seus alunos recebiam intenso adestramento em técnicas de guerrilha, ainda que não houvesse conflito armado de interesse direto norte-americano em curso. A finalidade era capacitá-los para atuar contra governos populares latino-americanos, capturar e eliminar, se necessário, lideranças sindicais, comunistas e de movimentos populares, bem como comandar, direta ou indiretamente, golpes de Estado no continente. Trata-se de um verdadeiro quadro de assassinos profissionais, responsável por dezenas de golpes de Estado e pelo assassinato de dezenas de milhares de civis em toda a região ao longo das décadas seguintes, o que lhe rendeu a alcunha de “Escola de Assassinos” (Robert, 1995). O Brasil, ao longo de sua participação, enviou 455 alunos e mais de 40 instrutores para essa instituição.

Nesse contexto, e considerando o advento da Revolução Cubana (1959), que, embora não tenha ocorrido com apoio direto ou indireto da União Soviética, passou a recebê-lo a partir de 1961, surgiu a possibilidade de que essa influência se estendesse a outros países da região, o que seria considerado extremamente prejudicial aos interesses dos Estados Unidos, dada a proximidade geográfica e o fato de a América Latina já ser tratada como área de ampla dominação. Por isso, os norte-americanos sentiram a necessidade urgente de neutralizar tal influência, sobretudo por meio da adoção de medidas destinadas a reduzir as desigualdades sociais e a miséria existentes no continente, evitando que as populações locais se sentissem atraídas por eventuais relatos de melhorias sociais nos países alinhados à União Soviética. Nesse contexto, surgiu a política da Aliança para o Progresso, elaborada a partir do relatório final de dezembro de 1960 da Força-Tarefa do então candidato à presidência John F. Kennedy, que identificava problemas urgentes da América Latina passíveis de solução mediante financiamento norte-americano, desde que os governos da região apresentassem projetos de desenvolvimento estruturados em princípios democráticos e alinhados às estratégias dos Estados Unidos (Silva, 2008). Na prática, tratava-se de mais um instrumento de reforço à narrativa da vocação natural da América Latina para os valores da liberdade econômica e democrática, como espaço seguro do sistema capitalista, amplamente difundida pelos formadores de opinião norte-americanos, com o objetivo central de manter o continente como área estratégica para a internacionalização dos capitais estadunidenses, especialmente os privados (Barbosa, 2008).

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



Foi nesse cenário que João Goulart assumiu a Presidência da República em agosto de 1961, em meio a uma grave crise institucional decorrente da renúncia de Jânio Quadros, após apenas sete meses de mandato. Goulart contou com o apoio de parte expressiva da liderança sindical e de uma corrente nacionalista existente no meio militar desde o período Vargas, estruturada no poderoso Terceiro Exército, sediado no Rio Grande do Sul, então governado por seu cunhado, Leonel Brizola. Embora tivesse o apoio da maioria do Parlamento, sua posse foi rejeitada pelos ministérios militares do governo anterior, que se opunham à sua assunção constitucional. A solução transitória encontrada foi a aprovação de uma Emenda Constitucional que instituiu o parlamentarismo, reduzindo Jango à condição de chefe de Estado, enquanto o Parlamento exerceria a chefia de governo. Goulart não era revolucionário nem um esquerdista radical, mas defendia a inserção do Brasil em um cenário internacional orientado, conforme Mario Rapoport e Rúben Laufer (2000, p. 69–98), “pela promoção da paz social, a coexistência entre as superpotências e o desarmamento, assim como a defesa dos princípios de autodeterminação e da não intervenção”. Essa postura contrariava frontalmente os interesses dos Estados Unidos. No plano interno, Goulart era alvo de fortes críticas de setores conservadores, que o acusavam de vínculos comunistas em razão de sua trajetória no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), embora fosse filho de um próspero fazendeiro e produtor de charque no Rio Grande do Sul. O receio central residia na implementação das chamadas reformas de base — agrária, fiscal e bancária — e no controle da remessa de lucros das empresas estrangeiras, medidas capazes de provocar mudanças sociais que afetariam o poder econômico tanto da burguesia interna quanto da externa.

No início de 1963, um plebiscito extinguiu o parlamentarismo e devolveu a João Goulart os plenos poderes de chefe de governo. A partir daí, ele avançou em seu programa reformista e nacionalista, impulsionando a reforma agrária e aprovando a expropriação de empresas norte-americanas, com destaque para a Companhia de Eletricidade Rio-Grandense, pertencente à holding AMFORT, e a Companhia Telefônica Nacional, vinculada ao monopólio de telecomunicações ITT. Países como Egito, Irã e Iraque já adotavam políticas semelhantes, inseridas em uma corrente mundial de movimentos nacionalistas e reformistas voltados à promoção do desenvolvimento e da independência nacional (Rapoport; Laufer, 2000). Ademais, Goulart manteve relações diplomáticas com Cuba, o que os Estados Unidos não aceitavam. Faltava apenas limitar a remessa de lucros das empresas estrangeiras instaladas no país — medida anunciada em meados de 1963 —, o que enfureceu Washington por atingir diretamente o núcleo do capitalismo: o lucro empresarial. Ressalte-se que tais medidas não tinham caráter socialista, mas visavam exclusivamente à expansão do capitalismo nacional (Bandeira, 2017).

Enquanto isso, o governo norte-americano já trabalhava com a possibilidade de desestabilizar o governo Goulart por meio da contenção de ajuda financeira ao Brasil, com o objetivo de provocar desequilíbrio no balanço de pagamentos e forçá-lo a adotar um plano de



estabilização monetária nos moldes do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou, alternativamente, levá-lo à queda. O plano alternativo passou a ser o golpe de Estado, seguido da instalação de um regime militar de direita, o que se concretizou em 31 de março de 1964. Quatro meses antes, foi descoberto um arsenal clandestino de armas pesadas de última geração nas proximidades de uma fazenda de Jango no Rio de Janeiro, operação atribuída à CIA, cujo objetivo seria eliminá-lo, juntamente com seus filhos, além de políticos e generais aliados ao governo. À época, mesmo diante da intensa campanha de desestabilização interna e externa, o governo Goulart contava com 76% de aprovação popular (Bandeira, 2019).

O golpe foi deflagrado por tropas lideradas pelo general Olímpio Mourão Filho, com a garantia de apoio dos Estados Unidos por meio da chamada “Operação Brother Sam”, que previa o deslocamento de uma força naval norte-americana fortemente armada, a partir do Panamá, rumo ao Atlântico Sul, para prestar apoio em caso de resistência ou fracasso da insurreição. Consumado o golpe, o novo governo provisório foi reconhecido pelo governo norte-americano em menos de 24 horas. Internamente, setores empresariais, a Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e grande parte da imprensa, como a Rede Globo, manifestaram apoio à intervenção militar (Ortega, 2012).

A ditadura militar instaurada após o golpe caracterizou-se por extrema violência, especialmente contra ativistas e opositores do regime, com a prática sistemática de torturas baseadas em técnicas desenvolvidas na Escola das Américas, trazidas ao país por militares e agentes policiais brasileiros ali treinados.

Diante dos fatos e fundamentos expostos, é possível inferir, com elevado grau de segurança, que o golpe militar de 1964 teve como causa primordial a motivação econômica da classe empresarial interna e dos Estados Unidos, em razão dos impactos que seus interesses sofreriam diante das transformações sociais decorrentes das reformas de base propostas pelo governo João Goulart.

3.3. Operação Lava Jato

No imaginário social construído a partir do discurso midiático dominante, a maior operação de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro da história do Brasil, deflagrada em 2014, é identificada como aquela que resultou na prisão de numerosos agentes políticos de elevada projeção — inclusive dois ex-presidentes da República, sendo um deles condenado e mantido por 580 dias em cárcere —, bem como de governadores, deputados e senadores, além de expressivos empresários, entre os quais os controladores das maiores empreiteiras e das principais exportadoras de proteína animal do país. Segundo essa mesma narrativa, a operação teria sido conduzida por um magistrado apresentado como patriota, competente e destemido, sendo ainda recorrente a afirmação de que seu encerramento apenas teria ocorrido após a



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

nomeação desse juiz, em 2019, para o cargo de ministro da Justiça pelo então presidente da República. A esse enredo soma-se, não raramente, a ideia de que a Operação Lava Jato teria sido responsável por “ressuscitar” a Petrobras, supostamente à beira da insolvência em razão de extensos esquemas de corrupção.

Essa versão dos acontecimentos tornou-se amplamente difundida, na medida em que foi reiteradamente veiculada pelos grandes meios de comunicação, com especial destaque para o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, que consolidou simbolicamente a imagem da corrupção por meio da metáfora de uma tubulação de esgoto enferrujada despejando volumosas quantias de cédulas de cem reais. O que, contudo, tende a permanecer ausente do conhecimento do cidadão comum diz respeito às efetivas motivações políticas e institucionais que sustentaram a operação, aos agentes que, de forma não ostensiva, influenciaram ou conduziram seus rumos, bem como às consequências políticas, econômicas e sociais por ela produzidas no contexto nacional. Diante disso, constitui objetivo de o presente item examinar fatos e fundamentos capazes de lançar luz sobre essa realidade subjacente, à luz da literatura e da bibliografia que orientam a construção deste trabalho.

A primeira observação que deve ser feita é que a corrupção não se extingue, mas pode — e deve — ser controlada, desde que mantida sob vigilância permanente de instituições sólidas e independentes, sujeitas à menor interferência política e econômica possível. Isso porque a corrupção é inerente ao exercício do poder — entendido em seu sentido social como a capacidade ou possibilidade de agir, cujo alcance pode ir da capacidade geral de agir à capacidade de determinar o comportamento humano (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 943). Assim, quando esse comportamento é obtido por meios heterodoxos, isto é, fora dos contornos estabelecidos pela moral e pelos bons costumes, surge a prática do ato corrupto. Nesse sentido, afirma Judivan Vieira (2014, p. 56):

A corrupção é um fenômeno tão antigo quanto o homem. Ela o acompanha em sua jornada e, apesar do tempo comprovar que o fenômeno é qual um câncer incurável, também não deixa dúvida ser possível reduzi-lo a níveis toleráveis, como demonstra o processo educativo de alguns países, nos quais a justiça, a moral e o direito se tornaram valores que amalgamam um viver digno em sociedade.

Sobre as múltiplas faces da corrupção e seu modo de atuação, Rogério Leal (2013, p. 14) pontua que:

A corrupção tem evidenciado ao longo do tempo faces multissetoriais e capacidade de expansão infinita na rede de relações sociais e institucionais, públicas e privadas, do cotidiano, nos últimos tempos ganhando maior notoriedade em face da difusão e redifusão midiática tradicional (jornais, televisão, rádio) e alternativa (blogs, twitters, facebooks, redes sociais etc.), não se extraindo daí, em regra, análises, diagnósticos e prognósticos mais aprofundados de suas causas e efeitos.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

Por isso mesmo, os Estados Unidos — ao contrário do que pregam ao mundo, como se fossem o baluarte do modelo implacável de combate à corrupção — omitem duas grandes gerações que marcaram decisivamente sua história de sucesso: a dos *founding fathers* (fundadores), que criaram seu sistema político, e a dos *robber barons* (barões ladrões), que edificaram seu sistema capitalista monopolista e expansionista a partir de meados do século XIX. A figura mais emblemática no contexto dos “barões ladrões” é, sem dúvida, John D. Rockefeller, criador do primeiro grande truste petrolífero, a *Standard Oil Company*, fundada em 1870 e antecessora da atual Exxon, ainda hoje entre as quinze maiores empresas capitalistas do mundo. Sua ascensão ocorreu à base de práticas como chantagem, suborno e outros métodos pouco ortodoxos para arruinar concorrentes, além de brutal evasão fiscal (Fiori; Nozaki, 2019).

Essa lógica permanece até os dias atuais, agora com a atuação direta do Estado norte-americano para assegurar a hegemonia de suas empresas petrolíferas no cenário mundial, já que o petróleo segue como recurso estratégico na geopolítica da energia. Para isso, o império teria produzido guerras, derrubado governos e assassinado presidentes ao redor do mundo, como exemplifica a Guerra do Iraque (2003) e a morte de Jaime Roldós, em 24 de maio de 1981, primeiro presidente democraticamente eleito do Equador nos tempos modernos, vítima da queda do avião em que se encontrava, provocada pela explosão de uma bomba que, segundo John Perkins (2018), teria sido colocada pela CIA. A motivação seria o fato de Roldós ter buscado nacionalizar o petróleo equatoriano em benefício do povo e não ter recuado diante de tentativas de suborno, contrariando os interesses das petroleiras norte-americanas atuantes no país.

Tudo isso reforça a tese de que a corrupção integra a própria ideologia burguesa e é produzida pelo aparelho de Estado burguês; como tal, seria algo intrínseco ao sistema capitalista, que, contemporaneamente, tem espetacularizado seu combate por meio dos grandes meios de comunicação como instrumento ideológico a serviço de interesses específicos. Nessa perspectiva, a Operação Lava Jato e o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff configurariam mais um episódio dessa instrumentalização, com a finalidade de garantir, no caso brasileiro, o petróleo do pré-sal às empresas internacionais que controlam monopolisticamente esse recurso estratégico. A esse respeito, afirma Fábio Konder Comparato (2018, p. 23–24):

O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016 consistiu na utilização meramente formal de um instituto previsto na Constituição [...] para legitimar um golpe de Estado [...]. Segundo as evidências, o golpe foi orquestrado na sombra pelo governo norte-americano, e executado com auxílio da Operação Lava Jato e a colaboração de membros do Judiciário e do Ministério Público. [...] [Com isso] o governo americano obteve de imediato três apreciáveis vantagens: 1) a alienação pelo Brasil das imensas reservas de petróleo do chamado pré-sal; 2) o desmonte das grandes empreiteiras brasileiras de obras públicas, que haviam conquistado extensos mercados na América Latina e África; 3) o enfraquecimento da aliança dos chamados BRICS [...].

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

Na mesma linha, o *Le Monde*, em sua edição de 11 de abril de 2021, publicou reportagem intitulada “No Brasil, o naufrágio da operação anticorrupção ‘Lava Jato’”, assinada por Gaspard Estrada e Nicolas Bourcier, apontando que a operação teria funcionado como se fosse uma agência dos Estados Unidos no Brasil. Em um de seus trechos, traduzido por Larissa Liz Odreski Ramina (2021), afirma-se que a Lava Jato se tornou “o maior escândalo jurídico” do país, em razão de práticas tendenciosas, por vezes ilegais, e do vínculo “à sombra dos Estados Unidos”. A reportagem detalha a forma como o sistema de justiça brasileiro teria sido manipulado e instrumentalizado mediante cooptação e avassalamento de agentes públicos, incluindo expressamente o juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol, por meio de treinamentos oferecidos pela Embaixada dos Estados Unidos, ministrados pela procuradora norte-americana Karine Moreno-Taxman, nomeada assessora jurídica para alinhar orientações ao meio jurídico brasileiro. Segundo o relato, em encontro ocorrido em Fortaleza, em 2009, teria sido enfatizado que, em casos de corrupção, seria necessário “correr atrás do rei” para derrubá-lo e que, para haver condenação, seria preciso que “o povo odiasse” a pessoa visada e exigisse sua punição, o que teria sido recebido com aplausos pelos presentes.

No início de 2012, o juiz Sérgio Moro foi nomeado assessor da ministra Rosa Weber, recém-empossada no Supremo Tribunal Federal, possivelmente por sua experiência na área criminal, acumulada em operações como a Banestado, e também para auxiliá-la no julgamento do Mensalão. No voto por ele auxiliado, registrou-se trecho considerado polêmico, nos termos divulgados pelo Consultor Jurídico (2021): “Os crimes ligados ao poder são, por natureza, tendo em vista a posição de seus autores, difíceis de comprovar por meio de provas diretas. [...] a maior elasticidade na aceitação de provas por parte da acusação”.

O precedente daí derivado ficou conhecido como “atos de ofício indeterminados”, isto é, uma espécie de ato em potencial, diante da ausência de provas cabais. Essa construção foi utilizada pelo juiz Sérgio Moro para condenar agentes políticos por corrupção, tendo embasado a sentença de 12 de julho de 2017 que, no âmbito da Operação Lava Jato, condenou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a 9 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, na ação penal nº 5046512-94.2016.4.04.7000/PR (processo do tríplex) (Confiram..., 2017). O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) não apenas confirmou a sentença por unanimidade, como majorou a pena para 12 anos e 1 mês, em 24 de janeiro de 2018, apenas seis meses depois. Isso tornou o julgamento do recurso o mais célere da Lava Jato e fez com que passasse à frente de outros sete processos cujos recursos haviam chegado antes ao tribunal, sem urgência legal que o justificasse, já que não se tratava de réu preso (Marques, 2018).

Considerando que, à época, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal — firmada em 2016, justamente no contexto da Lava Jato — admitia a prisão após condenação em segunda instância, bastava o transcurso dos prazos recursais para que Lula fosse preso. Na tentativa de



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

evitar isso, foi impetrado habeas corpus no STF com pedido de revisão do entendimento. Na véspera do julgamento (03.04.2018), o então comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas (2018), publicou mensagem em seu Twitter: “Nesta situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do país e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais”. O recado, interpretado como pressão sobre a Corte, foi amplamente divulgado pelo *Jornal Nacional* como última notícia daquele dia.

No dia seguinte, o STF manteve a jurisprudência pelo placar de 6 a 5, e Lula foi preso em 7 de abril de 2018, após se entregar à Polícia Federal, sendo conduzido à carceragem em Curitiba, onde permaneceu por 580 dias. Ainda assim, liderava as intenções de voto para as eleições presidenciais daquele ano, com 39%, enquanto Jair Bolsonaro registrava 19%, conforme pesquisa Datafolha divulgada em 22 de agosto de 2018 (G1, 2018), o que, no raciocínio exposto, indica que a celeridade processual buscou impedir sua candidatura vitoriosa.

No mesmo período, o segundo governo Dilma foi acossado por pautas-bomba no Congresso, especialmente impulsionadas pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em meio à recessão de 2015/2016, quando o PIB caiu 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016, quadro atribuído, na perspectiva apresentada, aos efeitos da Operação Lava Jato e à crise institucional que culminou no impeachment (Gonçalves, 2015; Cury; Silveira, 2017).

Com a prisão de Lula e o *impeachment* de Dilma Rousseff, o governo Michel Temer sancionou a Lei nº 13.365/2016, alterando as regras de exploração do pré-sal e abrindo espaço para que petroleiras estrangeiras competissem com a Petrobras na exploração da reserva. Guilherme Estrella (2019), considerado o “pai do pré-sal”, afirmou, em entrevista ao *Brasil de Fato* (03 set. 2019), que a descoberta foi fruto de intenso investimento de risco feito pela Petrobras em área aberta à exploração, risco que as petroleiras estrangeiras não quiseram assumir. Após o marco regulatório que estabeleceu o protagonismo da Petrobras, tais empresas teriam intensificado pressão política para revertê-lo. Nesse contexto, menciona-se o compromisso do senador José Serra com petroleiras norte-americanas de alterar a regra, conforme telegramas vazados pelo WikiLeaks (2010). Serra, ademais, foi autor do Projeto de Lei nº 4567/2016, que resultou na referida lei.

Em razão dos resultados da Lava Jato e de sua ampla divulgação pela imprensa, Lula e o Partido dos Trabalhadores passaram a ser vistos, no imaginário social, como os maiores corruptos da história do país, intensificando o ódio, sobretudo em segmentos de classe média, descritos como naturalmente conservadores, em grande parte por receio de perder privilégios concentrados no capital cultural — transmitidos desde o berço —, como argumenta Jessé Souza (2022). Assim, à medida que políticas de inclusão social permitiram que parcelas da classe baixa acessassem



tais privilégios, parte da classe média reagiu com ressentimento, e muitos passaram a aderir a posições extremistas de direita, mesmo aqueles antes pouco interessados em política.

Esse fenômeno pode ser compreendido como espécie de “lavagem cerebral” promovida pela força reiterativa da mídia conservadora, como exemplifica o documentário norte-americano *The Brainwashing of My Dad* (2016), em que a cineasta Jen Senko relata como seu pai, antes pacato e tolerante, tornou-se extremista de direita após anos de exposição a conteúdos conservadores repetidos pela mídia, passando a hostilizar pessoas com posicionamento diverso, inclusive familiares. Trata-se, nesse sentido, de obra indicada para compreender o modo como pessoas passaram a defender intervenção militar e a volta da ditadura, sem perceberem a contradição dessa postura.

Esse processo é, em essência, ideológico. Segundo o professor Rubens Lyra (2021, p. 37–78), a ideologia inicia-se como explicação racional e se concretiza nas relações sociais, materializando-se na práxis dos indivíduos, quando passa a exercer sua função principal: “adequar os comportamentos, independentemente da diversidade dos interesses em presença, à ordem estabelecida”. Acrescenta o autor que, quando dominante, ela se converte em elemento estabilizador das relações sociais, pois a ordem se legitima pela adesão ativa ou passiva das classes subalternas, sempre em benefício das classes que controlam o sistema produtivo.

Diante do exposto, é possível inferir, de forma bastante razoável, que a Operação Lava Jato constituiu uma grande armação orquestrada pelo império estadunidense, que utilizou o falso moralismo do combate seletivo à corrupção para atender aos interesses de grandes corporações dos setores petrolífero e de infraestrutura. Para isso, valeu-se do pretexto anticorrupção como elemento ideológico, materializado no imaginário coletivo pela ampla e intensa cobertura midiática, de modo que os efeitos políticos e econômicos dela decorrentes fossem atribuídos, de forma conveniente, ao esquema de corrupção por ela revelado, e não à estratégia de dominação que, segundo a perspectiva adotada, se ocultava por trás de sua atuação.

4. CONSIDERAÇÕES

Neste momento, reafirma-se o compromisso assumido desde a introdução: demonstrar que a compreensão da democracia brasileira contemporânea exige uma análise que ultrapasse os limites estritamente institucionais ou jurídico-formais e incorpore sua inserção histórica, econômica e política no sistema capitalista internacional. Partiu-se da premissa de que a democracia, em países periféricos como o Brasil, não pode ser examinada de maneira isolada, mas deve ser compreendida à luz das relações de dependência, dominação e subordinação que marcam sua trajetória histórica. Nesse sentido, a Operação Lava Jato foi adotada como eixo empírico central não por sua relevância episódica, mas por representar uma expressão concreta e recente dessas dinâmicas estruturais.



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
 UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
 José Batista de Andrade

Ao longo do texto, buscou-se cumprir a promessa inicial de evidenciar que a Lava Jato não se limitou a uma iniciativa técnica de combate à corrupção, tampouco pode ser explicada exclusivamente por fatores internos da política brasileira. Sustentou-se que tal operação se inscreveu em um contexto geopolítico mais amplo, no qual interesses econômicos, estratégicos e políticos de potências centrais, em especial dos Estados Unidos, interagiram com fragilidades institucionais domésticas, produzindo efeitos profundos sobre a democracia, a economia e a coesão social no país. O artigo, assim, procurou “pagar” a hipótese anunciada: a de que o *lawfare* se constituiu em um instrumento relevante de intervenção indireta, capaz de produzir resultados semelhantes aos das intervenções clássicas do passado.

A rota analítica adotada foi estruturada de maneira deliberada e progressiva. Em um primeiro momento, procedeu-se a uma abordagem histórico-crítica da formação e consolidação do imperialismo estadunidense, destacando-se suas bases econômicas, políticas e ideológicas. Essa etapa foi fundamental para situar o leitor quanto ao padrão recorrente de atuação externa dos Estados Unidos, marcado pela defesa de interesses de grandes corporações, pela instrumentalização de discursos normativos e pela utilização de diferentes mecanismos de coerção, diretos ou indiretos, conforme o contexto histórico. Ainda nesse primeiro eixo, foram examinadas as principais doutrinas de dominação formuladas ao longo do tempo, evidenciando-se sua função de legitimação das práticas imperialistas.

Na sequência, o texto voltou-se à análise específica da atuação estadunidense no Brasil, recuperando episódios históricos centrais, como o golpe civil-militar de 1964, para demonstrar que a interferência externa não constitui uma novidade na experiência democrática brasileira. Essa retomada histórica permitiu estabelecer continuidades e rupturas entre as formas clássicas de intervenção e as estratégias contemporâneas, mais sofisticadas e menos visíveis. Nesse contexto, a Operação Lava Jato foi analisada como um caso paradigmático de intervenção indireta, na qual instrumentos jurídicos, midiáticos e institucionais foram mobilizados de modo articulado, produzindo impactos que extrapolaram o campo penal e alcançaram o funcionamento do sistema político e da economia nacional.

No tocante aos limites do estudo, importa destacar que o artigo não teve a pretensão de esgotar o tema da corrupção, tampouco de realizar uma análise exaustiva de todos os aspectos jurídicos da Lava Jato. O recorte adotado privilegiou a dimensão estrutural e geopolítica do fenômeno, deixando em segundo plano debates dogmáticos específicos e análises comparativas mais amplas com outros países. Da mesma forma, não se buscou oferecer uma explicação monocausal para a crise democrática brasileira, mas evidenciar um conjunto de fatores articulados que contribuíram para seu agravamento. Reconhece-se, assim, que outros elementos internos — sociais, econômicos e culturais — também desempenham papel relevante nesse processo.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



Fiel a esses limites, o desdobramento analítico proposto permite apontar algumas implicações relevantes. A primeira delas é a necessidade de repensar o discurso dominante sobre combate à corrupção, frequentemente apresentado de forma descontextualizada e moralizante. O artigo sugere que, em sociedades marcadas por forte dependência externa, esse discurso pode ser instrumentalizado como elemento ideológico, capaz de legitimar intervenções que fragilizam a soberania nacional e desorganizam setores estratégicos da economia. Outra implicação diz respeito ao papel das instituições democráticas, que, longe de serem neutras, podem ser capturadas ou orientadas por interesses externos quando não dispõem de mecanismos efetivos de controle e de uma cultura institucional comprometida com o projeto nacional.

Por fim, a conclusão que se impõe é a de que os processos analisados produziram efeitos duradouros sobre a democracia brasileira, afetando não apenas o funcionamento das instituições, mas também a percepção social da política e da própria ideia de soberania. Ao reforçar a dependência estrutural do país no sistema capitalista internacional, tais processos contribuíram para aprofundar desigualdades, enfraquecer a capacidade de formulação autônoma de políticas públicas e comprometer a coesão social. Todavia, encerrar o artigo com essa constatação não significa adotar uma postura fatalista, mas, ao contrário, apontar a necessidade de reflexão crítica e de novos estudos que aprofundem a compreensão dessas dinâmicas, como passo indispensável para a reconstrução de uma democracia substantiva e soberana no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando Chaves. **Poder americano e estados nacionais**: uma abordagem a partir das esferas econômica e militar. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

ANDRADE, José Batista de. Como a atuação da mão invisível do mercado consegue minar o poder legítimo da participação popular. *In*: FONTORA, Isadora Hörbe; PIRES, Gabriela. **Relações de trabalho na contemporaneidade**: novos desafios. Cruz Alta: Ilustração, 2022. *E-book*

ARAÚJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de (org.). **A economia de Getúlio a Dilma**: novas interpretações. São Paulo: Hucitec Editora, 2021.

ARAÚJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de (org.). **A economia de Getúlio a Dilma**: novas interpretações. São Paulo: Hucitec Editora, 2022.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional**. Campinas: UNICAMP, 2017. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/2017-11/1964_Visoes_criticas-do-golpe_CAP_VII.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução: Carmen C. Varreale *et al.* 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1983. v. 1.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**: sociedade, economia e Estado desde a Independência. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Editora 34, 2016.

CARVALHO, Carla. **Grande Depressão (crise de 1929)**: o que foi e como afetou a economia? Yubb, 2020. Disponível em: <https://yubb.com.br/artigos/cultura/grande-depressao-crise-de-1929>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. **A oligarquia brasileira**: visão histórica. São Paulo: Contracorrente, 2018.

CONFIRAM a íntegra da sentença de Lula. **Blog Exame de Ordem**, Brasília, 12 jul. 2017. Disponível em: <https://blogexamedeordem.com.br/confiram-integra-da-sentenca-de-lula>. Acesso em: 3 fev. 2026.

CURY, Anay; SILVEIRA, Daniel. **PIB recua 3,6% em 2016, e Brasil tem pior recessão da história**. G1, Rio de Janeiro, 7 mar. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/pib-brasileiro-recua-36-em-2016-e-tem-pior-recessao-da-historia.ghtml>. Acesso em: 3 fev. 2026.

DAMASCENO, Fernando. A “Trilha das Lágrimas”: um capítulo vergonhoso na história dos EUA. **Vermelho**, 6 fev. 2019. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2019/02/06/a-trilha-das-lagrimas-um-capitulo-vergonhoso-na-historia-dos-eua/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

DOMÍNGUEZ, Juan Manuel P. **Ao longo de um século, Estados Unidos matam 100 milhões de pessoas**. **Mídia Ninja**, 2020. Disponível em: <https://midianinja.org/juanmanueldominguez/ao-longo-de-um-seculo-estados-unidos-matam-100-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ESTRADA, Gaspard; BOURCIER, Nicolas. **Lava Jato, the Brazilian trap**. **Le Monde**, Paris, 11 abr. 2021. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/archives/article/2022/03/11/lava-jato-the-brazilian-trap_5978421_113.html. Acesso em: 19 nov. 2024.

ESTRELA, Guilherme. “O povo brasileiro está sendo saqueado”, alerta o pai do pré-sal. [Entrevista cedida a] **Brasil de Fato**, São Paulo, 3 set. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/03/descoberta-do-pre-sal-foi-resultado-de-investimentos-da-petrobras/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FERREIRA, Luiz Claudio. Brasil defendeu democracia melhor que EUA, diz professor de Harvard. **Agência Brasil**, Brasília, 12 ago. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-08/brasil-defendeu-democracia-melhor-que-eua-diz-professor-de-harvard>. Acesso em: 3 fev. 2026.

FIORI, José Luís; NOZAKI, William. **Petróleo, guerra e corrupção**: para entender Curitiba. Bresser-Pereira, 2019. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2019/agosto/19.08-Petroleo-Guerra-Corruptao.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

FUSER, Igor. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. esp. 3, p. 78-89, nov. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2018.v42nspe3/78-89/pt>. Acesso em: 15 nov. 2024.

G1. Pesquisa Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%. **G1**, Rio de Janeiro, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>. Acesso em: 3 fev. 2026.

G1. Pesquisa Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%. **G1**, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>. Acesso em: 19 nov. 2024.

GONÇALVES, André. Base “derrete” e expõe Dilma a derrotas na “pauta-bomba” e a risco de cassação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 ago. 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/base-derrete-e-expoe-dilma-a-derrotas-na-pauta-bomba-e-a-risco-de-cassacao-czlp8n1qi7sm6ez73elqd9lq/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

GUIDOLINI, Paulo Octavio da Silva. A crise da doutrina do choque: uma análise a partir da crítica da economia política. **Revista Pet Economia UFES**, v. 2, p. 46-59, ago. 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/36452/23879>. Acesso em: 14 nov. 2024.

HOLANDA, Armando; ZEGERS, Ludmila. **A Lava Jato foi orientada por interesses e objetivos geopolíticos e econômicos dos EUA**. São Paulo: CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, 1 abr. 2024. Disponível em: <https://www.ctb.org.br/2024/04/01/a-lava-jato-foi-orientada-por-interesses-e-objetivos-geopoliticos-e-economicos-dos-eua/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

LEAL, Rogério Gesta. **Patologias corruptivas entre Estado, administração pública e sociedade**: causas, consequências e tratamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

LOPES, Rodrigo. Infográfico: quais são as alianças dos EUA e do Irã no Oriente Médio. **GZH Mundo**, 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2020/01/infografico-quais-sao-as-aliancas-dos-eua-e-do-ira-no-orient-medio-ck4yxpvy01gw01odpa8hfyjs.html>. Acesso em: 14 nov. 2024.

LYRA, Rubens Pinto. **Bolsonarismo**: ideologia, psicologia, política e temas afins. João Pessoa: Editora CCTA/UFPB, 2021.

MACEDO, Davi; MENDES, Gilbran. “O povo brasileiro está sendo saqueado”, alerta o pai do pré-sal. **Brasil de Fato**, Curitiba, 3 set. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2019/09/03/descoberta-do-pre-sal-foi-resultado-de-investimentos-da-petrobras>. Acesso em: 19 nov. 2024.

MACIEL, Débora Alves; FERREIRA, Marielle Maria Alves; KOERNER, Andrei. Os Estados Unidos e os mecanismos regionais de proteção dos direitos humanos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 90, p. 271-295, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/NP7q3hJskY3FQXNptWzjWfM/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MARANGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha? **IPEA - Desafios do Desenvolvimento**, ano 9, ed. 72, 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28. Acesso em: 17 nov. 2024.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. Tradução: Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MORCEIRO, Paulo. Desindustrialização segue intensa em 2018. **Valor Adicionado**, 28 fev. 2019. Disponível em: <https://valoradicionado.wordpress.com/2019/02/28/desindustrializacao-segue-intensa-em-2018/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MOREIRA, Eduardo. **O que os donos do poder não querem que você saiba**. 4. ed. Rio de Janeiro: Casa dos Livros, 2020.

PENIDO, Ana; STÉDILE, Miguel Enrique. **Ninguém regula a América**: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

PERKINS, John. **Novas confissões de um assassino econômico**: a chocante história por trás dos bastidores sobre como os Estados Unidos dominam o mundo. Tradução: Mário Molina. São Paulo: Cultrix, 2018.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **IDH 2021**. [S. l.]: PNUD, 2023. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data/#countries/BRA>. Acesso em: 17 nov. 2022.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6. ed. Brasília: Brasiliense, 1961.

RAMALHO, Renan. Por 7 a 4, STF admite prisão logo após condenação em 2ª instância. **G1**, Brasília, 17 fev. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/02/maioria-do-stf-permite-prisao-logo-apos-condenacao-em-2-instancia.html>. Acesso em: 19 nov. 2024.

RAMINA, Larissa Liz Idreski. O Le Monde disse o que já se sabia: a Lava Jato atuou como uma agência dos EUA no Brasil. **Grupo Prerrogativas**, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://www.prerro.com.br/o-le-monde-disse-o-que-ja-se-sabia-a-lava-jato-atuou-como-uma-agencia-dos-eua-no-brasil/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

REIS, Daniel Aarão. A revolução e o socialismo em Cuba. **A Terra é Redonda**, 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-revolucao-e-o-socialismo-em-cuba/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. De Monroe a Obama: a América Latina como zona geopolítica dos Estados Unidos. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 23-37, 2018. Disponível em: <https://revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/519>. Acesso em: 13 nov. 2024.

RÚBEN, Zorrilla. **Sociedad de alta complejidad**: capitalismo y socialismo. Buenos Aires: Belgrano, 2005.

SAMPAIO, Daniela Ferreira Coelho. **Estratégias e efeitos da política da Boa Vizinhança no Brasil**. 2011. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2408/1/2011_DanielaFerreiraCoelhoSampaio.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

SANTOS, Marcelo. **O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria**. São Paulo: Annablume, 2007.

SILVEIRA, Alair. Democracia e redemocratização: Brasil e Bolívia sob análise. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, Cuiabá, v. 5, n. 8, p. 166-198, jan./jun. 2019. Disponível em:

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE:
UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NA OPERAÇÃO LAVA JATO
José Batista de Andrade

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/8887/6062>. Acesso em: 17 nov. 2024.

SIMÃO, Laís Pessanha; MOTA, Caroline Capdeville. Destino Manifesto: impulso ou obstáculo para formação da nação? **Revista Mundo Livre**, Campos dos Goytacazes, v. 4, n. 2, p. 102-116, ago./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/mundolivres/article/view/39970/23044>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SOUSA, Jessé. **A herança do golpe**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2024.

SOUZA, Isabela. Sanções internacionais: como funcionam? **Politize!**, 11 set. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/sancoes-internacionais-como-funcionam/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SUPPIA, Alfredo; OLIVEIRA, Igor. Cibertíteres: discurso marxista e a colisão entre público e privado no cinema de Alex Rivera. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 202-214, ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36911/21486>. Acesso em: 19 nov. 2024.

TAVARES, Eliane. **Os Estados Unidos e a doutrina da guerra permanente**. [S. l.]: IELA, 2015. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/os-estados-unidos-e-doutrina-da-guerra-permanente>. Acesso em: 13 nov. 2024.

TAVARES, Osny. Wikileaks traz articulação dos EUA no pré-sal. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 dez. 2010. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/wikileaks-traz-articulacao-dos-eua-no-pre-sal/>. Acesso em: 19 nov. 2024.

THE BRAINWASHING of My Dad. Direção: Jen Senko. [S. l.]: Channel one Documentry, 29 out. 2021. 1 vídeo (1h 29min 30s). Publicado pelo canal Channel one Documentry. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pNTsTOcRO-k>. Acesso em: 3 fev. 2026.

TOP DOCUMENTÁRIOS. A lavagem cerebral do meu pai. YouTube, 29 ago. 2022. Vídeo (1h 29min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pPjPGxqJcJI>. Acesso em: 21 nov. 2024.

VIEIRA, Judivan J. **Perspectiva histórica da corrupção**. Brasília: [s. n.], 2014. v. 1.

VILLAS BÔAS, Eduardo [@Gen_VillasBoas]. Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição [...]. **X**, 3 abr. 2018. Disponível em: https://x.com/Gen_VillasBoas/status/981315180226318336. Acesso em: 3 fev. 2026.

WIKILEAKS. Nos bastidores, o lobby pelo pré-sal. **WIKILEAKS**, 13 dez. 2010. Disponível em: <https://wikileaks.org/Nos-bastidores-o-lobby-pelo-pre.html>. Acesso em: 3 fev. 2026